

LAVAGEM DE DINHEIRO*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Nos tempos atuais, quando a circulação da moeda tem atingido velocidades até bem pouco impensadas, a crescente liberalização dos fluxos de capital trouxe a lume algo de grande relevância para a segurança e o desenvolvimento das nações - a necessidade de controlar o capital advindo de atividades ilegais.

A propósito, o ex-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, estimou entre 500 e 600 bilhões de dólares o volume de receitas ilícitas que transitam anualmente na economia mundial. Muitos países, entre eles o Brasil, não produzem por ano tal volume de riquezas. Os últimos dados do Banco Central mostram que devemos fechar o ano com um Produto Interno Bruto (PIB) na faixa de 1 trilhão e 100 bilhões de reais, o que corresponde a menos de 400 bilhões de dólares. E vejam os senhores: estou citando o Brasil, a nona economia do mundo.

É inegável que as conseqüências econômicas e sociais do crime de lavagem de dinheiro são devastadoras. Tal delito, combustível para a corrupção, para a negociação ilegal de drogas e armas, gera impactos que podem ser vistos nos prejuízos causados ao setor privado, onde empresas de fachada forçam uma concorrência desleal, e também sentidos no caixa dos governos, os quais perdem na arrecadação de impostos. Ademais, a imagem do poder público é duramente atingida, fato que traz riscos à reputação das instituições.

* Palavras proferidas no ato de assinatura da portaria que institui comissão para analisar aspectos da lavagem de dinheiro, CJP, 1º/10/2002.



Nessa conjuntura, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (que já é alvo de projetos de aperfeiçoamento), veio punir o crime de lavagem de dinheiro no país. Ela constitui grande passo no combate a essa modalidade de delito, que atenta contra o desenvolvimento econômico porquanto, entre muitos males, financia outras atividades ilícitas, trazendo prejuízos imensuráveis ao Estado. De todas as conseqüências, a mais grave é o custo social, tendo em vista que o Governo, em decorrência da evasão de receitas, é levado a gastar menos na saúde, na educação, na segurança, por exemplo. Com isso, a sociedade sofre duplamente: tem de conviver com o crime e é mal atendida em suas necessidades primaciais. Outrossim, é levada a crer que vale a pena delinquir.

Bem sabemos que esforços vêm sendo envidados no combate a essa prática ilegítima, a exemplo do Ministério da Fazenda. De março de 1999 até hoje, mais de quinze mil comunicações de operações consideradas suspeitas foram feitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf. O Banco Central já instaurou 3.148 processos administrativos envolvendo ilícitos cambiais e financeiros, tendo encaminhado ao Ministério Público Federal mais de setecentas comunicações de crimes dessa natureza. Os números são ainda modestos para uma economia como a brasileira.

A Justiça, por sua vez, tem deparado com algumas barreiras em sua missão de julgar. Em estudo realizado pelo Conselho da Justiça Federal, foi detectado que, em razão do alto grau de sofisticação com que tais crimes são perpetrados, poucas são as questões atinentes à matéria que chegam ao Judiciário, seja pela lentidão e dificuldades das primeiras investigações, seja pela complexidade enfrentada na coleta de provas. No entanto, em que pese aos entraves, não se tem postado como mero espectador, inerte ou impotente perante o mal. Não! Em face da gritante realidade, o Judiciário tem-se feito agente, em parceria com outras instituições, na busca de caminhos que conduzam à solução não só desse

desmedido problema, mas de tantos quantos dizem respeito à marginalidade.

Exemplo inquestionável é o acordo técnico-institucional celebrado entre o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias e o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, que criou instrumentos mais eficazes para a prevenção e repressão da criminalidade no Brasil. Os magistrados federais e os ministros do Superior Tribunal de Justiça vão contar com um moderno sistema de informação on-line sobre os crimes praticados no Brasil e no exterior. Está em funcionamento um amplo intercâmbio de dados que vai possibilitar, por um lado, o acesso dos magistrados às informações policiais dos suspeitos e, por outro, o acesso da Polícia Federal aos processos judiciais. Pretendemos levar a proposta aos Tribunais de Justiça do Brasil e tentar integrá-los à rede de dados.

Outro importante exemplo é a proposta apresentada pelo Superior Tribunal ao projeto de reforma do Judiciário em que sugere acrescentar-se ao art. 98 da Constituição parágrafo criando os juízos de instrução. Sob sua competência ficariam os crimes cometidos com alto grau de sofisticação – os de lavagem de dinheiro e aqueles contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional, entre outros. Caso acolhida nossa proposição, tais juízos, estou certo, hão de imprimir maior celeridade à prestação jurisdicional, pois evitarão a duplicidade de formação da prova, a qual desserve a economia processual e enfraquece a ação repressiva. Em consequência, trarão mais um lampejo de esperança à sociedade. Não poderia ser outro o posicionamento do Superior – garantia que é do Estado democrático de direito –, por isso mesmo já reconhecido como Corte de vanguarda e Tribunal da cidadania.

Ademais, a assinatura da Portaria nº 098, do último dia 4, representa considerável avanço em tão espinhosa jornada. Fruto do

mencionado estudo, durante o qual foram ouvidos delegados federais, procuradores da República e juízes federais, esse instrumento constituiu a Comissão a cuja instalação ora procedo. Composta de profissionais de alto nível saídos da Justiça Federal, do Ministério Público, da Polícia Federal, do Banco Central, da Febraban, da Receita Federal, do Coaf e do Centro de Estudos deste Conselho, a Comissão destina-se a analisar as dificuldades detectadas, já aludidas, mormente no que tange ao aprimoramento e eficácia da Lei nº 9.613/98, a fim de tornar efetivo o combate à lavagem de dinheiro. Destina-se, ainda, a propor soluções, uma vez concluída a análise, para reverter o inquietante quadro. Em outras palavras, nasce com a missão de encurtar os passos entre a descoberta do delito e sua exemplar punição.

Em face das circunstâncias, penso que não basta reaparelhar os instrumentos estatais de repressão ao crime. É imprescindível que se ataque o cerne da questão: o fluxo do dinheiro proveniente de atividades ilícitas. Para o assaltante, de nada vale o roubo se não puder ficar de posse do objeto roubado. Da mesma forma, sem a possibilidade da lavagem do dinheiro, ficam expostos à sociedade, pegos com o fruto de seus crimes nas mãos, o narcotraficante, o traficante de armas, o contrabandista, o chantagista, o explorador de menores, enfim, os inescrupulosos, para quem, infelizmente, não é difícil enriquecer de modo ilícito.

Concluo felicitando o Conselho da Justiça Federal e as instituições representadas na Comissão, bem como o eminente Ministro Gilson Dipp, que a presidirá, pelo grande sucesso que obterão nesse trabalho. Nosso esforço conjunto contribuirá, espero, para restituir à sociedade a certeza de que o crime realmente não compensa.